

EXAME NACIONAL DO ENSINO SECUNDÁRIO
12.º Ano de Escolaridade (Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto)
Cursos Gerais – Agrupamentos 3 e 4

Duração da prova: 120 minutos
 2003

1.ª FASE
 2.ª CHAMADA

PROVA ESCRITA DE INTRODUÇÃO AO DIREITO

COTAÇÕES

I

1.	15 pontos
2.	15 pontos
3.	15 pontos
4.	15 pontos
5.	15 pontos
(4 × 15 pontos)	60 pontos

II

1.	15 pontos
2.	20 pontos
3.	20 pontos
<hr/>	
55 pontos	

III

1.	15 pontos
2.	20 pontos
3.	20 pontos
<hr/>	
55 pontos	

IV

Tema A ou B	30 pontos
<hr/>	
30 pontos	

TOTAL **200 pontos**

V.S.F.F.
 129/C/1

CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO

Chama-se a atenção para o facto de se tratar aqui de orientações, visando obter uma certa uniformidade de critérios na correcção das provas.

Nos itens de resposta curta, que visam objectivos ao nível do conhecimento, **deverá ser aceite toda a resposta considerada válida sob o ponto de vista científico.**

Nos itens de resposta aberta, a cotação deverá ser distribuída pelos diversos aspectos focados na resposta.

A cotação atribuída a cada item inclui, também, a forma como o(a) examinando(a) se expressa. Todavia, o professor classificador só poderá deduzir até 10% da cotação total de cada item, no referente a este critério, de acordo com a «Informação-Exames».

I

1. O total da cotação **(15 pontos)** deverá ser atribuído à resposta correcta.
2. O total da cotação **(15 pontos)** deverá ser distribuído do seguinte modo:
 - indicação de cada uma das características das normas jurídicas – 5 pontos (5 + 5 + 5).
3. O total da cotação **(15 pontos)** deverá ser distribuído do seguinte modo:
 - indicação de cada um dos fins do Estado – 5 pontos (5 + 5 + 5).
4. Referir que a função jurisdicional se traduz no conjunto de actividades exercidas pelos tribunais com o objectivo de solucionarem os conflitos concretos de interesses em causa, bem como de punirem a violação da Constituição e das leis.

O total da cotação **(15 pontos)** deverá ser distribuído do seguinte modo:
 - indicação de que a função jurisdicional é exercida pelos tribunais – 5 pontos;
 - indicação de que a função jurisdicional visa solucionar conflitos e punir a violação da Constituição e das leis – 10 pontos.
5. O total da cotação **(15 pontos)** deverá ser atribuído à definição correcta de Direito Público, de acordo com o critério escolhido.

II

1. A Constituição da República Portuguesa constitui a lei fundamental do Estado Português, devendo todas as leis e actos da Administração respeitar os princípios nela consignados, sob pena de serem inconstitucionais.

O total da cotação **(15 pontos)** deverá ser atribuído à resposta correcta.

- se o aluno se limitar a referir que a Constituição da República Portuguesa é a lei fundamental do Estado – 5 pontos

2. Explicar que a jurisprudência e a doutrina, embora não constituam fontes imediatas de Direito, pois não têm força vinculativa própria, constituem fontes mediatas de Direito, por terem relevância prática, na medida em que contribuem para a formação e revelação das normas jurídicas.

O total da cotação **(20 pontos)** deverá ser distribuído do seguinte modo:

- a indicação de que a jurisprudência e a doutrina constituem fontes mediatas de Direito – 5 pontos;
- a explicação do conceito de fontes mediatas de Direito – 15 pontos.

3. Pela relação correcta entre o Direito Positivo e o Direito Natural deverão ser atribuídos **20 pontos**.

O total da cotação **(20 pontos)** deverá ser distribuído do seguinte modo:

- definição de Direito Positivo e de Direito Natural – 10 pontos (5 + 5);
- referência à influência do Direito Natural sobre o Direito Positivo – 10 pontos.

III

1. Indicar, como elementos essenciais genéricos dos contratos, a capacidade das partes, a declaração de vontade e o objecto possível.

O total da cotação **(15 pontos)** deverá ser distribuído do seguinte modo:

– pela indicação correcta de cada requisito – 5 pontos (5 + 5 + 5).

2. Explicar que o testamento é um negócio jurídico unilateral, porque existe apenas uma declaração de vontade; é um negócio jurídico gratuito, porque apenas uma das partes efectua uma atribuição patrimonial a outra, sem qualquer contrapartida.

O total da cotação **(20 pontos)** deverá ser distribuído do seguinte modo:

– a explicação de cada uma das características – 10 pontos (10 + 10);

3. Explicar que Luísa poderá propor uma acção de anulação da venda do prédio, uma vez que o pai não obteve a prévia autorização do tribunal para efectuar a venda e, nos termos do art.º 1889º do Código Civil, como representante legal da filha, só poderia alienar «coisas susceptíveis de perda ou deterioração» o que, em princípio não seria o caso.

O total da cotação **(20 pontos)** deverá ser distribuído do seguinte modo:

– explicação da possibilidade de Luísa obter a anulação da venda – 10 pontos;

– aplicação do artigo transcrito ao caso concreto – 10 pontos.

IV

Trata-se do desenvolvimento de um tema, cujo ponto de partida é um texto.

Embora sejam sugeridos tópicos de resposta, pretende-se que o(a) aluno(a) desenvolva o tema de forma articulada, evidenciando capacidades de análise e de síntese e espírito crítico.

TEMA A

O(a) aluno(a) deverá focar as seguintes ideias-chave:

- perante a crescente interdependência verificada no mundo contemporâneo, cada vez mais globalizado, os Estados-Nação estão a enfraquecer, e surge a necessidade de Organizações Internacionais com mais poder de governação global, prosseguindo diversos objectivos e procurando resolver os complexos problemas globais que se deparam à comunidade internacional, nomeadamente a manutenção da paz mundial.
- o Direito Internacional Público difere do Direito interno pelo facto de não possuir um poder supremo e um aparelho coercitivo; daí a eficácia precária das suas sanções, que revestem a maior parte das vezes natureza económica e/ou política. Assim, a aceitação voluntária pelos Estados das normas de Direito Internacional constitui a forma desejável da solução dos conflitos e da manutenção de uma paz duradoura, antes do recurso à força que, em casos limite, pode conduzir à guerra.

- como o texto refere, a sociedade «evoluciona para transfronteiriça e transnacional», fazendo nascer «áreas em que não existe um poder tutelar de referência»; a nova ordem internacional exige, assim, «um modelo de governabilidade que supere a insuficiência dos Estados», sob pena de existirem áreas problemáticas fora de qualquer tutela jurídica.

O total da cotação **(30 pontos)** deverá ser distribuída do seguinte modo:

- destaque do papel das organizações internacionais na resolução dos problemas globais comuns a vários países – 10 pontos;
- referência à eficácia do Direito Internacional Público na resolução dos conflitos internacionais – 10 pontos;
- relação do conteúdo do texto com estes aspectos – 10 pontos.

TEMA B

O(a) aluno(a) deverá focar as seguintes ideias-chave:

- no Estado moderno, o Direito traduz-se num conjunto de normas de conduta social emanadas pelo Estado, sendo o seu cumprimento também garantido através do poder estadual, que surge, assim, como o único detentor do monopólio de criação e aplicação do Direito .
- como fenómeno cultural, o Direito é sensível a valores – nomeadamente aos da Justiça e da Segurança – valores esses que variam não só no tempo, mas também no espaço. Alterando-se os valores, conseqüentemente, deverá alterar-se o Direito.
- no texto transcrito está expressa a ideia da variabilidade do Direito na relevante matéria da prescrição da conduta criminosa, a qual «tem respostas diversas nos códigos consoante os países», prevalecendo, nuns casos, considerações de certeza jurídica e, noutros, a realização da justiça, quando se verifica que «a vontade punitiva do Estado não tem essas mesmas restrições».

O total da cotação **(30 pontos)** deverá ser distribuído do seguinte modo:

- a explicação do monopólio do Estado na criação e aplicação do Direito – 10 pontos;
- a explicação de que o Direito constitui um reflexo da sociedade e da cultura – 10 pontos;
- relação do conteúdo do texto com estes aspectos – 10 pontos.